

## PARECER JURÍDICO

**Solicitante:** Comissão de Seleção de Fornecedores da Fadetec.

**Assunto:** Análise jurídica acerca de Recurso Administrativo em Pregão Eletrônico nº 01/2024 - Processo: 0017/2024.

### 1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação proveniente da Comissão de Seleção de Fornecedores da Fadetec para prover manifestação jurídica formal acerca de RECURSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO, apresentado pela empresa ARTEM PROJETOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.526.193/0001-50, em relação ao Pregão Eletrônico nº 01/2024, onde aduz a Recorrente, em breve síntese, que é *“Administração entendeu por declarar a Empresa TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFICAS LTDA como arrematante do certame, com o menor lance no valor de R\$ 6.894,99 (Seis mil, oitocentos e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos), ou seja, já incidente na hipótese legal de inexecuibilidade disposta no art. 59, §4º, da Lei 14.133/2021, uma vez que a proposta foi inferior à 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração”*.

Instada a se manifestar acerca do Recurso apresentado, a empresa “TEIXEIRA IMPRESSÃO DIGITAL E SOLUÇÕES GRÁFICAS”, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.615.848/0001-28, alegou que possui profissionais e tecnologia aptas a prestar o serviço pelo preço ofertado e juntou *“planilha que comprova a exequibilidade dos nossos valores ofertados, nossas declarações de equipamentos constantes aqui em nosso Parque Gráfico, e nosso portfólio digital. Para que não haja dúvidas sobre os nossos valores ofertados”*. Por fim, pugnou para que *“não seja acolhida o recurso da concorrente e tem que certame se seja suspenso. Visto que conseguimos comprovar a exequibilidade de nossos valores.”*

Antes de adentrar ao mérito, é importante pontuar que compete a esta Assessoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos, reservados à esfera discricionária dos Conselhos na sua atuação. Tampouco, cabe a esta Assessoria Jurídica análise e manifestações de questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou

financeira. Ademais, destaco que a presente manifestação apresenta natureza meramente opinativa, e por tal motivo, as orientações estabelecidas não se tornam vinculantes.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO**

Precipuamente, consigna-se que o recurso administrativo foi interposto tempestivamente e quanto ao aspecto da forma de apresentação, verificou-se também conformidade com o que o dispõe o edital.

Assim exposto, levando em conta o cumprimento dos pressupostos de admissibilidade de interposição do recurso, quais sejam legitimidade *ad causam*, possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir, tempestividade e inconformismo do recorrente, vê-se que o recurso deve ser conhecido.

Quanto ao mérito, diante da questão suscitada, é imperioso ressaltar que a seleção pública de fornecedores ostenta uma dualidade de propósitos, consistindo não apenas na obtenção da vantajosidade na escolha das propostas, mas também na observância estrita do princípio da isonomia entre os concorrentes. Nesse contexto, verifica-se que a Administração Pública está obrigada a promover um certame que vise à economia dos recursos públicos e à eficiência na aquisição dos produtos, sempre buscando a obtenção de um produto ou serviço que atenda aos padrões de qualidade mínimos exigidos para o objeto a ser fornecido.

Especificamente quanto à alegação de inexecutabilidade da proposta vencedora, uma vez que a esta foi inferior à 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Fundação e que o pregoeiro não têm o poder discricionário de declarar subjetivamente a inexecutabilidade da proposta do licitante, cabe mencionar a Súmula TCU nº 262, a qual estabelece que o critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas 'a' e 'b', da Lei nº 8.666/93 (*lei anterior aplicável*) gera uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, sendo incumbência da Administração conceder à licitante a oportunidade de demonstrar a executabilidade de sua proposta.

Segundo o e. TCU *"sempre haverá a possibilidade de o licitante comprovar sua capacidade de bem executar os preços propostos, atendendo satisfatoriamente o interesse da administração. Nessas circunstâncias, caberá à administração examinar a viabilidade dos preços propostos, tão-somente como forma de assegurar a satisfação do interesse público, que é o bem tutelado pelo procedimento licitatório"* (Acórdão 141/2008 - Plenário).

Alinhado a esse entendimento, diversas deliberações do TCU corroboram que a desclassificação de proposta por inexecuibilidade deve ser objetivamente fundamentada, com base em critérios previamente estabelecidos.

Cito abaixo julgado o TCU acerca deste tema em ACÓRDÃO 3092/2014 - PLENÁRIO:

REPRESENTAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA POR CRITÉRIO NÃO PREVISTO NO EDITAL. PROCEDÊNCIA. ASSINATURA DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO ATO. POSSIBILIDADE DE RETOMADA DO CERTAME. CIÊNCIA DE OUTRAS IMPROPRIEDADES. ARQUIVAMENTO. 1. Não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal, sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa e não conduz, necessariamente, à inexecução da proposta (Acórdão 325/2007-TCU-Plenário). 2. A desclassificação de proposta por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados (Acórdãos 2.528/2012 e 1.092/2013, ambos do Plenário).

Neste sentido, em primeira análise, verifica-se que o concorrente vencedor do certamente apresentou uma série de documentos capazes de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, evidenciando capacidade para fornecer o serviço pelo preço ofertado. A empresa juntou documentos comprobatórios de sua capacidade técnica e operacional, incluindo uma planilha que demonstra de forma clara a composição dos custos e a margem de lucro adotada.

Cabe destacar, ainda, que não há norma que estabeleça ou limite o percentual de lucro das empresas contratadas, o que implica que a atuação sem margem de lucro ou com margem mínima não é vedada legalmente, mas depende da estratégia comercial da empresa, não conduzindo necessariamente à inexecução da proposta.

Por fim, considerando a complexidade e a relevância do processo em questão, sugere-se que a Comissão de Compras proceda com diligências complementares a fim de garantir a plena lisura do certame. Essas diligências devem visar a obtenção de informações adicionais pertinentes à capacidade técnica e operacional da empresa vencedora, bem como à verificação da consistência dos documentos e dos preços apresentados. Dessa forma, a realização de diligências complementares se apresenta como uma medida prudente e necessária para assegurar que a escolha da empresa vencedora seja respaldada por uma análise minuciosa e abrangente, em conformidade com os princípios da Administração Pública.

Inclusive, a doutrina administrativista defende que a realização de diligência para aclarar determinadas questões que se apresentam durante a realização do certame não é discricionariedade da Comissão de Licitação, mas ato obrigatório e vinculado, não sendo

possível deliberar sobre tais questões sem antes promover seu esclarecimento: *"Entendemos que a promoção de diligência não se trata de mera faculdade da Administração, mas de um dever-poder, ou seja, presentes os requisitos deve a Administração lançar mão da diligência."* (Márcio Berto Alexandrino de Oliveira — *Forum de Contratação e Gestão Pública* — ano 15, n. 169, p. 62 — jan. 2016) (gn)

### **3. CONCLUSÃO**

Ante todo o exposto, OPINO pelo conhecimento do recurso apresentado, e quanto ao mérito, oriento que sejam realizadas diligências complementares a fim verificar a idoneidade das informações prestadas pela empresa vencedora do certamente, para obter subsídios adicionais quanto à capacidade técnica e operacional da empresa vencedora, bem como à verificação da consistência dos documentos e dos preços apresentados.

Após a diligência realizada, sendo verificado que as informações prestadas pela "TEIXEIRA IMPRESSÃO DIGITAL E SOLUÇÕES GRÁFICAS", inscrita no CNPJ sob o n.º 17.615.848/0001-28" são idôneas, OPINO para que seja julgado improcedente o recurso administrativo apresentado pela empresa ARTEM PROJETOS LTDA inscrita no CNPJ nº 51.526.193/0001-50, em relação ao Pregão Eletrônico nº 01/2024, nos termos do entendimento do Tribunal de Contas da União.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas solicitadas pela Comissão de Compras da Fundação.

É o Parecer, **s.m.j.**

Salinas-MG, 17 de abril de 2024.

**Vitor Sarmiento Petroni Pena Santiago**

Assessor Jurídico da FADETEC

OAB/MG 124.264